

CADEIA DE VALOR DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO TCE-GO												
INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS			INFORMAÇÕES TÁTICAS				INFORMAÇÕES OPERACIONAIS			INFORMAÇÕES DE SAÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO		
Núcleo	Macroprocesso	Descritivo	Processo de Trabalho	Dono do Processo de Trabalho	Maturidade do Processo de Trabalho	Políticas / documentos de referência	Documentos operacionais		Emitente(s) do documento	Produtos	Clientes	Benefícios Esperados
							POs	ITRs / Manuais				
PROCESSOS FINALÍSTICOS (NPF)	Auxílio à Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (ALEGO)	Tem por objetivo tornar disponíveis para a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (ALEGO), informações e pareceres produzidos pelo TCE-GO, visando a subsidiar o processo de responsabilização política do governo, a atuação do Legislativo na alocação de recursos públicos e no exercício do controle externo, a elaboração de planos e orçamentos, a avaliação da gestão fiscal e o aperfeiçoamento do arcabouço legal.	Apreciação das Contas do Governador	Secretaria de Controle Externo		Constituição Federal Constituição Estadual Decreto de Execução Orç e Financeira Lei de Diretrizes Orçamentárias Lei de Responsabilidade Fiscal Lei Federal nº 4.320/1964 Lei Federal nº 6.404/1976 Lei Federal nº 10.406/2002 Lei Federal nº 13.303/2016 Lei Orçamentária Anual Lei Orgânica do TCE-GO	PO Acompanhar a Prestação de Contas do Governador	Manual do Usuário Prestação de Contas do Governador	Diretoria de Fiscalização de Contas e Serviço de Fiscalização de Contas de Governo	(i) Relatórios e pareceres prévios acerca das contas do Governo do Estado de Goiás.	Alego	(i) Subsidiar o processo de responsabilização política do governo pelos resultados de suas ações e pela conformidade de seus demonstrativos contábeis.
		Atendimento a Solicitações da ALEGO	Secretaria de Controle Externo						(i) Informações acerca do aperfeiçoamento do ordenamento jurídico, da conformidade e do desempenho da gestão dos recursos públicos estaduais, etc.	Alego	(i) Subsidiar o aperfeiçoamento do ordenamento jurídico relativo ao controle e à gestão dos recursos públicos.	
		Atendimento a Solicitações	Ouidoria		Resolução Administrativa nº 05/2022 Resolução Administrativa nº13/2024 Código de Ética Manual de Integridade	PO Gerir Demandas Denúncias Representações e Notícias de Irregularidade PO Gerir Manifestações e Petições de Acesso à Informação		Ouidoria Ouidoria	(i) Informações solicitadas.	Solicitante	(i) Subsidiar ações e decisões mediante obtenção de esclarecimentos, entre outros, quanto a: procedimentos e processos de controle externo, certidões, procedimentos administrativos, jurisprudência do TCE-GO. (ii) Gestão eficiente do canal de comunicação entre o cidadão e o TCE-GO.	
	Promoção da Transparência e do Controle Social	Tem por objetivo tornar disponíveis para a sociedade, imprensa e conselhos incumbidos do controle social, informações acerca da gestão pública, dos resultados e dos benefícios do controle externo e, de forma específica, para denunciante, representantes e solicitantes, informações acerca dos fatos apurados pelo TCE-GO ou das informações solicitadas	Ajuração de Denúncias	Secretaria de Controle Externo		Resolução Administrativa nº13/2024				(i) Informações sobre fatos apurados.	Denunciante	(i) Esclarecer os fatos visando assegurar a observância da lei, dos regulamentos e dos contratos e a responsabilização dos infratores, quando for o caso
			Ajuração de Representações	Secretaria de Controle Externo		Resolução Administrativa nº13/2024				(i) Informações sobre fatos apurados.	Representante	(i) Esclarecer os fatos visando assegurar a observância da lei, dos regulamentos e dos contratos e a responsabilização dos infratores, quando for o caso.
			Disponibilização de informações acerca da Gestão Pública	Secretaria de Controle Externo			PO Gerir Observatório de Políticas Públicas		Secretaria de Controle Externo Serviço de Avaliação de Políticas Públicas	(i) Política Pública e Indicadores Homologados	Tribunal e Partes Interessadas	(i) Promoção da transparência e do controle social bem como influenciar a estratégia de controle da Secretaria de Controle Externo.
							PO Gerir Indicadores do Observatório de Políticas Públicas		Serviço de Avaliação de Políticas Públicas	(i) Indicador publicado	Tribunal e Partes Interessadas	(i) Promoção da transparência e do controle social, indução de melhorias no processo de implementação de políticas públicas e gestão da estratégia do controle externo.
			Divulgação dos Resultados das Ações de Controle Externo.	Secretaria de Controle Externo		Resolução nº 22/2008	PO Emitir Relatório do Artigo 30	Manual de Instruções do artigo 30	Diretoria de Fiscalização de Pessoal Serviço de Fiscalização de Pessoal	(i) Relatório do Artigo 30.	Sociedade, Imprensa e ALEGO	(i) Prover conhecimentos a respeito do número total dos servidores e empregados públicos nomeados e contratados pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e as entidades da administração indireta ou fundacional, nos termos do art. 30 CE/89.
						Manual do Sistema de Benefícios das Ações de Controle Externo	Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Prover conhecimentos a respeito da gestão pública e dos mecanismos de controle e seus resultados e benefícios.				
			Capacitação e Orientação para o Exercício do Controle Social	Escola Superior de Controle Externo Adilson Nascimento					(i) Ações de capacitação e orientações para o exercício do controle social	Conselhos legalmente incumbidos do controle social	(i) Desenvolver competências para desempenhar suas missões.	
			Exame e Julgamento das Contas dos Gestores	Secretaria de Controle Externo		Constituição Federal Constituição Estadual Lei Orgânica do TCE-GO Regimento Interno do TCE-GO Resolução Normativa TCE nº 5/2018 Lei Federal nº 4.320/1964 Lei de Diretrizes Orçamentárias Lei Orçamentária Anual		Manual do Usuário Prestação de Contas dos Gestores	Diretoria de Fiscalização de Contas e Serviço de Fiscalização de Contas dos Gestores	(i) Julgamento das contas dos gestores de recursos públicos, podendo conter determinações, recomendações, medidas cautelares, sanções e imputação de débitos.	Gestores de recursos públicos	(i) Prover a segurança jurídica mediante a apreciação das contas.
							PO Fiscalizar via Auditoria de Conformidade		Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Contas Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviço de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a contabilidade e fidelidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Cobrir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (v) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (vi) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.
							PO Fiscalizar via Auditoria Financeira		Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização de Contas Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a contabilidade e fidelidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Cobrir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (v) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (vi) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.
							PO Fiscalizar via Auditoria Operacional		Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Contas Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviço de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a contabilidade e fidelidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Cobrir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (v) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (vi) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.
							PO Fiscalizar via Inspeção		Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Contas Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviço de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a contabilidade e fidelidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Cobrir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (v) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (vi) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.
							PO Fiscalizar via Levantamento		Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Contas Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviço de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a contabilidade e fidelidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Cobrir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (v) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (vi) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.
							PO Fiscalizar via Monitoramento Programado		Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Contas Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviço de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a contabilidade e fidelidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Cobrir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (v) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (vi) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.
	PO Fiscalizar via Acompanhamento		Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Contas Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviço de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a contabilidade e fidelidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Cobrir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (v) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (vi) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.						
			Tem por objetivo tornar disponíveis para a administração pública, Estado e gestores de recursos públicos estaduais, determinações, recomendações, sanções, medidas cautelares, alertas, informações e orientações, visando a prevenir, corrigir, cobrir e punir a	Fiscalizar	Secretaria de Controle Externo		Regimento Interno -TCE-GO; Plano de Fiscalização; Código de Ética do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (Resolução Administrativa nº 001/2014); • Resolução Administrativa n.º 19/2022; Resolução Administrativa n.º 13/2023; Normas de Auditoria do Setor Público (NBASP); NBASP 100 – Princípios Fundamentais de Auditoria do Setor Público; NBASP 130 – Gestão da ética pelos Tribunais de Contas; NBASP 140 – Controle de qualidade para os Tribunais de Contas; NBASP 400 – Princípios de Auditoria de Conformidade; NBASP 4000 – Norma para Auditoria de Conformidade; NBASP 300 – Princípios de Auditoria Operacional; NBASP 3000 – Norma para Auditoria Operacional; Manual do Sistema de Qualidade das Fiscalizações; Manual de Implementação das ISSAIs de Auditoria de Conformidade; Manual de Implementação das ISSAIs de Auditoria Operacional;					Tem por objetivo tornar disponíveis para a administração pública, Estado e gestores de recursos públicos estaduais, determinações, recomendações, sanções, medidas cautelares, alertas, informações e orientações, visando a prevenir, corrigir, cobrir e punir a

CADEIA DE VALOR DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO TCE-GO

INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS			INFORMAÇÕES TÁTICAS				INFORMAÇÕES OPERACIONAIS			INFORMAÇÕES DE SAÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO			
Núcleo	Macroprocesso	Descritivo	Processo de Trabalho	Dono do Processo de Trabalho	Maturidade do Processo de Trabalho	Políticas / documentos de referência	Documentos operacionais		Emitente(s) do documento	Produtos	Clientes	Benefícios Esperados	
PR	Controle Direto	prática de legalidade e o mau uso de recursos públicos, a assegurar a legalidade dos atos sujeitos a registro e o cumprimento dos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e, ainda, a esclarecer dúvidas quanto à aplicação de dispositivos legais e regulamentares. Além do mais, objetiva ainda tornar disponíveis para programas de governo, órgãos e entidades da administração pública, determinações, recomendações, avaliações e orientações, visando a contribuir para a excelência da gestão pública e dos serviços públicos prestados ao cidadão, para a melhoria da formulação, da formulação e da gestão dos programas e serviços públicos, bem como do aperfeiçoamento das políticas públicas.	PO Fiscalizar via Avaliação de Políticas Públicas					Secretaria de Controle Externo Serviço de Avaliação de Políticas Públicas Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a confiabilidade e fidelidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Cobrir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (v) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (vi) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.		
			PO Fiscalizar via Acompanhamento Contínuo				ITR Orientações para fiscalização de atos de pessoal sujeitos a registro	Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Contas Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviço de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a confiabilidade e fidelidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Cobrir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (v) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (vi) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.		
			PO Gerir Processos de Controle Externo				ITR Orientações para Gerir Processos de Atos de Pessoal	Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Contas Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviço de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Processos de Controle Externo geridos	Tribunal de Contas do Estado de Goiás	(i) Padronização das etapas e atividades envolvidas na gestão dos processos de controle externo; (ii) Parâmetros definidos para organização e distribuição de atividades interestaduais no âmbito da Secretaria de Controle Externo; (iii) Maior desempenho e aumento da produtividade na execução das atividades-fim de controle externo.		
			Apoio à Atividade Jurisdicional	Secretaria de Controle Externo		Constituição Federal; Constituição do Estado de Goiás; Lei Orgânica (Lei Estadual 16.168/2007); Lei Estadual 15.122/2005; LINDB; Resolução nº 22/2008; Resolução Normativa nº 12/2017 - Resolução Administrativa nº 0001/2014; Resolução Administrativa nº 19/2022 - NBASP 130 NBASP 10 NBASP 140	PO Instruir Processo de Controle Externo	Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Contas Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviço de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Instrução Técnica; (ii) Instrução Técnica Conclusiva.	Tribunal de Contas do Estado de Goiás	(i) Padronização das etapas e atividades envolvidas para a emissão de instrução técnica em processos de controle externo, em apoio à atividade jurisdicional. (ii) Maior desempenho e aumento da produtividade na execução das atividades-fim de controle externo.		
			PO Representar ao Tribunal				Secretaria de Controle Externo	(i) Representação ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), com base na constatação de irregularidades ou ilegalidades em atos de gestão	Tribunal de Contas do Estado de Goiás	(i) Padronização das atividades da unidade técnica temática e das equipes de fiscalização para a elaboração e formalização de Representação ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás, com base na constatação de irregularidades ou ilegalidades em atos de gestão.			
			Acompanhamento dos Limites Legais e Prudenciais da LRF1	Secretaria de Controle Externo									
			Monitoramento do Cumprimento de Deliberações do TCE-GO	Secretaria de Controle Externo		Resolução Normativa nº 011/2016; Resolução Administrativa nº 007/2016; Resolução Administrativa nº 19/2022; Resolução Administrativa nº 19/2023; Lei nº. 16.168/2007;	PO Catalogar Itens decisórios	ITR Catalogar Itens Decisórios	Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Informações sobre o cumprimento das deliberações.	Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Garantir o cumprimento de deliberações.	
				Secretaria-Geral		Regimento Interno do TCE-GO; Resolução Normativa nº 01/2021.	PO Gerir Serviço de Controle de Deliberações		Diretoria de Atos Oficiais e Controle Serviço de Controle de Deliberações				
			Análise de Recursos	Secretaria de Controle Externo		Resolução nº 06/2021		Manual de Análise de Recursos	Serviço de Análise de Recursos	(i) Deliberações quanto a recursos interpostos contra decisões do TCE-GO	Recorrente e interessados	(i) Garantir eficácia e efetividade à instrução recursal, no que tange exame da admissibilidade e a análise do mérito dos recursos interpostos contra atos decisórios do Tribunal de Contas.	
			Apreciação da Legalidade dos Atos de Pessoal	Secretaria de Controle Externo									
			Exame e Julgamento de Tomada de Contas Especial	Secretaria de Controle Externo									
			Atendimento a Consultas	Secretaria de Controle Externo						(i) Resposta a consultas com orientações de caráter normativo.	Consultantes	(i) Esclarecer dúvidas suscitadas em relação à aplicação de dispositivos legais e regulamentares.	
			Avaliação da Estrutura de Governança, Planejamento e Gestão	Secretaria de Controle Externo		COSO I COSO II NBR ISO 31000:2018 Resolução Atoria nº 05/2014 Resolução Normativa TCE-GO nº 6/2019	Manual de Avaliação dos Controles Internos dos Poderes, Órgãos e Entidades do Estado de Goiás		Secretaria de Controle Externo	(i) Avaliação da estrutura de Governança, Planejamento e Gestão dos Jurisdicionados, incluindo o Controle Interno, Qualidade, Corregedoria, Planejamento Estratégico, entre outros. (ii) Orientações sobre procedimentos e boas práticas de Governança, Planejamento e Gestão.	Administração Pública	(i) Contribuir para o bom funcionamento e melhoria contínua da estrutura interna de Governança, Planejamento e Gestão dos Jurisdicionados do TCE-GO, promovendo o fortalecimento da cultura de controle integrado e contínuo, transparência e efetividade da gestão pública. (ii) Orientar quanto a procedimentos adequados e boas práticas de governança, planejamento estratégico e gestão.	
				Avaliação de Programas	Secretaria de Controle Externo					(i) Avaliações de programas de governo. (ii) Avaliações de funções de governo. (iii) Orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública	(i) Contribuir para a melhoria da formulação, da formulação e da gestão dos programas e a qualidade dos bens e serviços públicos. (ii) Contribuir para o aperfeiçoamento da formulação de políticas públicas. (iii) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.	
Controle com intervenção a Terceiros	Tem por objetivo tornar disponíveis à Procuradoria Geral do Estado (PGE), ao Ministério Público Estadual, à Polícia Civil e outros órgãos de controle, informações para que possam defender, determinar, sancionar e julgar atos da administração pública no âmbito das respectivas esferas de atuação.	Fornecimento de Informações para Subsidiar Ações de Terceiros	Secretaria de Controle Externo						(i) Informação sobre indícios de crimes, infrações e irregularidades apuradas pelo TCE.	PGE, Ministério Público Estadual; Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás; Polícia Civil, Magistrados.	(i) Subsidiar a responsabilização de infratores. (ii) Subsidiar a elaboração da lista de inelegíveis. (iii) Subsidiar a atuação dos respectivos órgãos. (iv) Subsidiar a apuração de irregularidades.		
		Organização de Cobrança Executiva	Secretaria-Geral						(i) Informações para subsidiar a cobrança judicial.	PGE	(i) Subsidiar a recuperação de valores e execução de penas pecuniárias.		
		Composição e Fornecimento de Informações para Subsidiar Defesa do Estado de Goiás	Diretoria Jurídica		Resolução nº 22/2008 Resolução Administrativa nº 19/2022	PO Prestar informações à PGE-GO para a defesa do Estado de Goiás em juízo		Diretoria Jurídica	(i) Informações para defesa do Estado de Goiás em juízo.	PGE	(i) Subsidiar a defesa do Estado de Goiás em relação aos acordos do TCE-GO questionados judicialmente. (ii) Realizar a defesa do TCE-GO nos processos judiciais cujo objeto é o questionamento de acordos proferidos pela instituição.		

CADEIA DE VALOR DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO TCE-GO

INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS			INFORMAÇÕES TÁTICAS				INFORMAÇÕES OPERACIONAIS			INFORMAÇÕES DE SAÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO		
Núcleo	Macroprocesso	Descritivo	Processo de Trabalho	Dono do Processo de Trabalho	Maturidade do Processo de Trabalho	Políticas / documentos de regimento interno do TCE-GO (Resolução nº 002/2018)	Documentos operacionais		Emitente(s) do documento	Produtos	Clientes	Benefícios Esperados
Tecnologia da Informação	Tem por objetivo garantir a gestão e o suporte técnico na área de tecnologia da informação necessário ao desenvolvimento das atividades de controle externo.		Tecnologia da Informação	Diretoria de Tecnologia da Informação		Resolução Normativa nº 13/2016		ITR Realizar Ensaios Laboratoriais em Amostras de Solos e Misturas Asfálticas	Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia			
								ITR Controle de Material de Consumo	Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia			
								ITR Controle de Resíduos	Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia			
							PO Gerir Atendimento de Suporte de TI		Serviço de Suporte Técnico de TI	(i) Implementação de sistemas corporativos com uso de tecnologia da informação.	Tribunal	(i) Desenvolver, aprimorar e acompanhar as soluções de tecnologia da informação colocadas à disposição do Tribunal.
							PO Gerir Desenvolvimento de Software Tercializado	I	Serviço de Sistemas de Informação			
							PO Gerir Backup		Serviço de Infraestrutura e Segurança de TI			
							PO Gerir Requisitos dos Projetos de Software		Serviço de Sistemas de Informação			
							PO Gerir manutenção terciarizada de Software		Serviço de Sistemas de Informação			
							PO Gerir Incidentes de Segurança da Informação		Diretoria de Tecnologia da Informação			
		Segurança da Informação		Diretoria de Tecnologia da Informação		Resolução Normativa nº 11/2022		PO Gerir Vulnerabilidades	Serviço de Infraestrutura e Segurança de TI	(j) Dados e informações trafegados e armazenados com garantia de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.		(j) Instituir diretrizes, responsabilidades e normas específicas de segurança da informação, orientando proprietários, gestores e usuários de informações que trafegam na organização, com vistas à garantia da disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade dessas informações.
									Diretoria de Tecnologia da Informação			
								Piano de Continuidade de TI / Manual de Restauração de Backup	Diretoria de Tecnologia da Informação			
						Resolução nº 10/2017		PO Gerir Ativos de Tecnologia da Informação	Manual de Segurança da Informação			
									Diretoria de Tecnologia da Informação			
									Diretoria de Tecnologia da Informação			
									Diretoria de Tecnologia da Informação			

CADEIA DE VALOR DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO TCE-GO														
INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS			INFORMAÇÕES TÁTICAS				INFORMAÇÕES OPERACIONAIS			INFORMAÇÕES DE SAÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO				
Núcleo	Macroprocesso	Descritivo	Processo de Trabalho	Dono do Processo de Trabalho	Maturidade do Processo de Trabalho	Políticas / documentos de referência	Documentos operacionais		Emitente(s) do documento	Produtos	Clientes	Benefícios Esperados		
PROCESSOS DE GESTÃO (NPG)	Governança, Planejamento e Gestão	Tem por objetivo estabelecer, comunicar e internalizar o referencial estratégico do TCE-GO, bem como definir prioridades, responsabilidades e compromissos com os rumos e resultados institucionais. Contempla, também, aspectos relativos à definição e alocação de recursos, ao acompanhamento de resultados, ao monitoramento de indicadores de desempenho e ao controle dos atos administrativos no âmbito do Tribunal.	Gestão dos Processos de Trabalho	Secretaria de Planejamento		Manual do SGI	PO Gerir Processo de Trabalho	ITR Gerir Processos de Trabalho (Unidades do TCE-GO)	Diretoria de Melhoria Contínua	(i) Processos de Trabalho geridos, (ii) Cadeia de Valor, (iii) Informação Documentada.	Tribunal	(i) Controle de qualidade da informação documentada do TCE-GO, (ii) Aprimoramento e manutenção da Cadeia de Valor, (iii) Metodologia de padronização das rotinas operacionais.		
								ITR Gerir Processos de Trabalho (Servi-Melhoria)						
								Manual do Bizagi aplicado ao TCE-GO						
							PO Gerir Auditorias do SGI	ITR Gerir Auditorias do SGI	Diretoria de Melhoria Contínua	(i) SGI auditado.	Tribunal; Sociedade	(i) Sistema de gestão Integrado (SGI) do TCE-GO auditado, (ii) Identificação e definição de melhorias do SGI, (iii) SGI certificado.		
								PO Gerir Indicadores Estratégicos		Diretoria de Estratégia	(i) Indicadores estratégicos geridos.	Tribunal	(i) Geração de evidências para suporte em tomada de decisão gerencial, (ii) Gestão da estratégia baseada em resultados.	
								PO Gerir Accountability do SGI		Secretaria de Planejamento	(i) Boletim de Governança e Gestão (BGGO), (ii) Relatório de atividades da Di-Plan.	Tribunal; Sociedade	(i) Prestação de contas em nível institucional com foco na comunicação com as partes interessadas, (ii) Consolidação e disseminação das atividades de coordenação do SGI.	
							Gestão da Accountability Institucional	Secretaria de Planejamento		Gestão da Inteligência Organizacional	Secretaria de Planejamento	(i) Relatórios de Inteligência Organizacional (RIO), (ii) Relatórios de Transição de Gestão (RTG).	Tribunal	(i) Produzir e disseminar conhecimento gerencial no âmbito do TCE-GO, com foco no estímulo à tomada de decisão com base em evidências.
							Gestão da Melhoria Contínua	Secretaria de Planejamento			PO Gerir Melhoria Contínua	ITR Gestão de Iniciativas no SGP	Diretoria de Melhoria Contínua	(i) Melhorias implementadas.
			Gestão das Partes Interessadas	Secretaria de Planejamento		PO Gerir Partes Interessadas		Diretoria de Estratégia	(i) Situações-problema tratadas.		Tribunal; Parte Interessada	(i) identificação e tratamento de situações-problema a partir de expectativas e necessidades de partes interessadas.		
			Gestão dos Riscos	Secretaria de Planejamento		Resolução Normativa nº 06/2020	PO Gerir Riscos		Diretoria de Estratégia	(i) Riscos geridos e controlados.	Tribunal; Sociedade	(i) Gestão dos riscos institucionais, com foco na maximização de oportunidades e redução de incertezas.		
			Gestão da Estratégia	Secretaria de Planejamento		Resolução Administrativa nº 05/2016	PO Gerir Plano Estratégico		Diretoria de Estratégia	(i) Objetivos estratégicos alcançados.	Tribunal; Sociedade	(i) Gestão dos Planos Estratégico, Tático e Operacional do TCE-GO, por meio de ciclos bianuais de gestão, com foco no alcance dos objetivos estratégicos da instituição.		
							PO Gerir Plano de Fiscalização		Secretaria de Controle Externo	(i) Plano de Fiscalização gerenciado.	Tribunal; Sociedade; Jurisdicionalidade			
							PO Gerir PDTI		Diretoria de Tecnologia da Informação	(i) Implementação de sistemas corporativos com uso de tecnologia da	Tribunal			
			Gestão da Estrutura Organizacional	Secretaria de Planejamento		Resolução Administrativa nº 19/2022				(i) Organograma, (ii) Atividades-chave.	Tribunal	(i) Sistematiza a alocação de competências e realização de operações.		
			Gestão da Comunicação Organizacional	Diretoria de Comunicação		Resolução Administrativa nº 19/2024	PO Produzir Conteúdo de Comunicação	ITR Orientações para a Produção de Conteúdo de Comunicação	Diretoria de Comunicação	Manual de Gestão da Rádio TCE-GO	(i) Conteúdo de comunicação produzido e disseminado.	Tribunal; Sociedade	(i) Comunicação organizacional interna e externa.	
							PO Gerir Atendimento à Imprensa							
							PO Gerir Interações em Meios Digitais							
			Controle Interno	Diretoria de Controle Interno		Resolução Administrativa nº 10/2019	PO Analisar Conformidade Processual		Diretoria de Controle Interno	(i) controle interno dos atos da administração	Tribunal	(i) Exercer a terceira linha de defesa no âmbito do TCE-GO.		
							PO Emitir Parecer sobre Relatório de Gestão Fiscal		Diretoria de Controle Interno					
							PO Emitir Parecer sobre o Relatório Anual de Contas		Diretoria de Controle Interno					
			Gestão de Processos Administrativo ou Judiciais	Diretoria Jurídica		Resolução nº 22/2008 Resolução Administrativa nº 19/2022	PO Analisar Processos Administrativos		Diretoria Jurídica	(i) Processos Administrativos com Parecer ou Despacho da Diretoria Jurídica; (ii) Peças Processuais protocoladas em processo eletrônico judicial.	Poder Judiciário; Tribunal.	(i) Emissão de pareceres, despachos ou peças processuais (por exemplo: petição inicial, agravo, contestação, informações, etc.) em conformidade com os procedimentos estabelecidos.		
							PO Analisar Processos Judiciais							
			Gestão de Integridade	Corregedoria-Geral		Resolução Administrativa nº13/2024 Código de ética (Resolução Administrativa nº 01/2014)	PO Gerir Denúncias e Manifestações enviadas à Corregedoria		Corregedoria-Geral	(i) sistêmica de gestão da integridade organizacional.	Tribunal	(i) Garantir elevados padrões de conduta e comportamento ético, pautados em valores incorporados e compartilhados por todos em suas atividades no TCE-GO.		
				Secretaria de Planejamento			Manual de Integridade	Comitê de Integridade Corporativa (CIC)						
			Gestão Documental e Arquivística	Secretaria-Geral		Lei nº 16.168/2007; Resolução nº 22/2008 – RTCE/GO; Resolução Normativa nº 001/2008; Resolução Normativa nº 008/2009; Resolução Normativa nº 003/2011; Resolução Normativa nº 13/2012; Resolução Normativa nº 005/2017; Resolução Normativa nº 6/2024; Resolução nº 6/2021; Resolução Administrativa nº 18/2023; Portaria nº 245/2023 – GPRES; Portaria GPQMPG nº 010/2023; Lei Estadual nº 13.800/2001. Lei nº 17.038/2010 Decreto nº 8.808/2016; Portaria 376/2022-GPRES; Portaria 954/2023 – GPRES; Resolução nº 22/2008 – RTCE/GO; Resolução Administrativa 17/2024; Resolução Administrativa nº 06/2024; Resolução Normativa nº 10/2017; Resolução Normativa 08/2022; Resolução Normativa 5/2024; Lei nº 16.226/2008; Lei nº 18.052/2013; Lei nº 8.159/91; Lei nº 12.527/2011; Lei nº 12.682/2012; Lei nº 13.709/2018; Decreto nº 10.278/2020; Resolução CONARQ nº 51/2023	PO Gerir Autuação de Processos e Cadastro de Documentos		Serviço de Protocolo e Remessas Postais	(i) Processos autuados e documentos cadastrados	Tribunal	(i) Gestão e operacionalização das atividades de protocolo e de remessas postais e eletrônicas de documentos, processos e correspondências do Tribunal.		
							PO Gerir Arquivamento de Processo Eletrônico		Serviço de Arquivamento	(i) Processos arquivados	Tribunal	(i) Padronização das atividades que envolvem o arquivamento de processos eletrônicos no âmbito do TCE-GO.		
								Manual de Especificação e Padronização Documental	Secretaria-Geral	(i) sistêmica de gestão da ética organizacional.	Tribunal	(i) Garantir padronização e simplificação, com aplicação dos preceitos da redação oficial, (ii) Racionalização, segurança, autenticidade e identidade institucional, (iii) Atendimento às regras de distribuição, arquivamento, recuperação e descarte, conforme aplicável.		
			Planejamento e Inteligência de Controle Externo	Secretaria de Controle Externo		Plano de Controle Externo; Resolução Administrativa nº 001/2014; Resolução Administrativa nº 19/2022; Resolução Normativa nº 10/2023 NBASP 130	PO Gerir Matrizes de Seletividade		Secretaria de Controle Externo	(i) Ranking(s) de priorização das ações de controle externo, (ii) Relatório de 03 Gerações (Gestão de priorização das ações de controle externo).		(i) Garantir o aperfeiçoamento do processo de fiscalização com base em técnicas de análise por critérios de seletividade e de inteligência de controle externo.		
							PO Produzir Relatório de Inteligência		Serviço de Informações Estratégicas	(i) Relatórios de Inteligência.				
							PO Produzir Conhecimento Estratégico		Serviço de Informações Estratégicas	(i) Conhecimento Estratégico produzido				
PO Propor Fiscalização		Secretaria de Controle Externo					(i) Proposta de Fiscalização	Tribunal						

CADEIA DE VALOR DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO TCE-GO

INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS			INFORMAÇÕES TÁTICAS			INFORMAÇÕES OPERACIONAIS			INFORMAÇÕES DE SAÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO			
Núcleo	Macroprocesso	Descritivo	Processo de Trabalho	Dono do Processo de Trabalho	Maturidade do Documento de Trabalho	Políticas / documentos de referência	Documentos operacionais	Emitente(s) do documento	Produtos	Clientes	Benefícios Esperados	
Apoio Finalístico ao Exercício do Controle Externo	Tem por objetivo contribuir para a qualidade dos trabalhos realizados pelas unidades técnicas por meio da disseminação de métodos e técnicas de controle externo alinhados com as melhores práticas existentes.					Lei nº 16.168/2007; Resolução nº 22/2008; Resolução Administrativa nº 001/2014; Resolução Administrativa nº 19/2022; Portaria nº 676/2018-GPRES; Lei Complementar estadual nº 33/2001; Decreto estadual nº 9.697/2020	PO Gerir normativos afetos à Secretaria de Controle Externo	Secretaria de Controle Externo	i) Proposta de Resolução ii) Exposição de motivos			
						Resolução Administrativa Nº 17/2024; Resolução Administrativa Nº 19/2022; Resolução Administrativa Nº 15/2024; Resolução Administrativa Nº 7/2024.	PO Gerir Propostas de Inovação para o Controle Externo		Serviço de Informações Estratégicas			ii) Propostas de Inovação geridas por meio do banco de Propostas
								Manual de Gestão de Informações Estratégicas	Serviço de Informações Estratégicas			ii) Produção de conhecimento estratégico que apoia a tomada de decisões das partes interessadas do TCE-GO.
						Resolução Normativa Nº 7/2025 Resolução Adm. Nº 11/2022/TCE-GO Portaria Nº 614/2022 GPRES Resolução Adm. Nº 17/2024 Resolução Adm. Nº 19/2022 Resolução Adm. Nº 15/2024 Resolução Adm. Nº 07/2024	PO Gerir Declaração de Bens e Rendimentos - DBRs	Manual do Sistema de Envio da Declaração de Bens e Rendimentos (DBRs)	Serviço de Informações Estratégicas			ii) DBR recebida
			Controle e Asseguração da Qualidade	Secretaria de Controle Externo		Resolução Administrativa nº 19/2022 Resolução Administrativa nº 7/2024 Plano de Controle Externo	PO Gerir Projetos de Fiscalização no SGF	Manual do Sistema de Gestão da Fiscalização - SGF	Serviço de Qualidade de Controle Externo	ii) Relatório de acompanhamento dos projetos.	Tribunal	ii) Garantir o aperfeiçoamento do controle e assegurar a qualidade do trabalho de fiscalização, com base em normas internacionais.
						Resolução Administrativa nº 013/2023	PO Gerir Garantia da Qualidade		Serviço de Qualidade de Controle Externo	ii) Relatório de Garantia de Qualidade iii) Melhoria contínua dos trabalhos de Fiscalização		
								Manual do Sistema de Qualidade das Fiscalizações do Controle Externo	Serviço de Qualidade de Controle Externo	ii) Ciclo de Garantia da Qualidade		
			Suporte à Função Judicante	Secretaria-Geral		Resolução Normativa nº 03/2013 Resolução Normativa nº 02/2020 Resolução Administrativa nº 19/2022 Lei Orgânica do TCE/GO (art. 9º) Regimento Interno do TCE/GO (art. 113 e 143)	PO Realizar Sessão Virtual		Secretaria-Geral	ii) Pauta e Ata da Sessão Plenária.	Tribunal	ii) Garantir o suporte à função judicante por meio do apoio à realização das sessões plenárias e da consolidação da jurisprudência. iii) Garantir padrões operacionais para a execução das atividades de catalogação da jurisprudência e consolidação normativa.
						Plano Estratégico TCE-GO; Resolução nº 22/2008; Resolução Administrativa nº 19/2022; Resolução Administrativa nº 2/2023; Lei Estadual nº 16.168, de 2007; Constituição do Estado de Goiás; Constituição Federal de 1988.	PO Gerir Jurisprudência do TCE-GO		Serviço de Jurisprudência e Consolidação Normativa	ii) Catálogo de Normativas (Consolidação); iii) Catálogo de Acórdãos (Jurisprudência)		
						RN 03/2013 RN 02/2020 PORTARIA Nº 159/2022 – GPRES RA 19/2022 Lei Orgânica TCE (art. 9º) Regimento Interno (art. 113 e 143)	PO Realizar Sessões Plenárias Híbridas		Secretaria-Geral	ii) Pauta e Ata da Sessão Plenária.	Tribunal	
						Plano Estratégico TCE/GO Portaria nº 676/2018-GPRES Resolução nº 22/2008; Resolução Administrativa nº 19/2022; Lei Estadual nº 16.168 de 2007; • Lei Complementar Federal nº 95/1998; • Lei Complementar Estadual nº 33/2001; • Constituição Estadual de 1989; e • Constituição Federal de 1988.	PO Gerir Consolidação Normativa do TCE-GO		Serviço de Jurisprudência e Consolidação Normativa	ii) Catálogo de Normativas Consolidado iii) Acervo Normativo do TCE-GO		
			Gestão de Atos Oficiais	Secretaria-Geral		Lei nº 16.168/2007; Resolução nº 22/2008; Resolução Normativa nº 02/2001;	PO Gerir Atividades do Serviço de Registro	Manual de Procedimentos do Serviço de Registro	Serviço de Registro	ii) Registro de Ato de Pessoal.	Tribunal	ii) Garantir a gestão dos atos oficiais decorrentes das atividades do Tribunal.
						Lei nº 16.168/2007; Resolução Administrativa nº 19/2022	PO Gerir Comunicação de Atos		Serviço de Publicações e Comunicações	ii) Ato publicado no DOE/DEC; iii) Comunicação aos interessados/jurisdicionados (Ofício/Despacho); iv) Comunicação dos interessados/jurisdicionados; v) Sobrestamento de Processos.	Tribunal	
						Resolução nº 004/2012; Portaria nº 36/2023 GPRES; Lei Orgânica do TCE-GO	PO Gerir Publicação no Diário Eletrônico de Contas		Serviço de Publicações e Comunicações	ii) Publicação no DEC.	Tribunal	
						Lei 16.168/2007; Resolução Administrativa nº 19/2022; Resolução DREX nº 001/2017	PO Gerir Publicação no Diário Oficial do Estado de Goiás		Diretoria de Atos Oficiais e Controle Serviço de Publicações e Comunicações	ii) Publicação no DOE.	Tribunal	

Legenda - Maturidade dos Processos de Trabalho	
Identificação (cores)	Valores em %
	n = 0 (zero)
	0 ≤ n ≤ 40
	41 ≤ n ≤ 74
	n ≥ 75